

# Liberdade de imprensa, direito do povo



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

correspondia-se com frequência com James Madison, expondo as ideias dos filósofos do Iluminismo e defendendo a inclusão na legislação americana da garantia de direitos individuais fundamentais.

Dessa forma, James Madison, o "pai" da Constituição, convencido por Jefferson e adotando essas ideias, liderou o processo para acrescentar ao texto constitucional as 10 primeiras emendas, o Bill of Rights, cuja Primeira Emenda garante, explicitamente, a liberdade de imprensa.

A Convenção de Filadélfia fora elaborada por cidadãos americanos que, marcados pela colonização e influenciados pelas instituições inglesas, se inspiraram no modelo do Parlamento Britânico: a Câmara dos Comuns, que representava o povo, e a Câmara dos Lordes.

Durante sua elaboração, sem encontrar um organismo que substituisse na América do Norte a Câmara dos Lordes britânica, depois de grande divergência, conta-se que os delegados decidiram rezar à noite pedindo a proteção de Deus, com absoluto sigilo e total segredo sobre o assunto.

Liderados por Madison, chegaram a um acordo histórico, conhecido como o Grande Compromisso (ou Compromisso de Connecticut), estabelecendo um sistema legislativo bicameral: a Câmara dos Representantes do povo, com representação proporcional à população de cada estado, e o Senado, onde cada estado teria representação igual, com dois senadores, assegurando os mesmos direitos a Estados pequenos e grandes.

Afonso Arinos, ao comentar esse episódio, brincava dizendo que o Senado fora uma inspiração de Deus, porque os membros que o tinham criado na Filadélfia o fizeram depois de uma noite intensa de rezas.

Todos aprovaram essa ideia considerada genial, e Jefferson, com a Constituição já votada e pronta, perguntou a Madison: para que serve a instituição da representação dos estados? Madison, então, que estava tomando chá, derrama o líquido da xícara

no pires e responde: "Justamente para isto: esfriar. Uma Casa representará o povo e a outra, a federação.

Thomas Jefferson, figura notável de grande pensador, apesar de defender a tese de que a imprensa livre era garantia de liberdade, esse mesmo Jefferson fora acusado de contratar um jornalista, na verdade um chantagista, que se chamava James Callender, homem muito virulento — que Joseph Ellis disse ser um scandal-monger (tradução livre de espalhador de escândalos) —, para que caluniasse o presidente John Adams.

Mais tarde, esse mesmo caluniador, quando Jefferson se tornou presidente, tentou chantageá-lo pedindo o cargo de diretor dos correios em Richmond, no que não foi atendido. Daí, passou a denunciar Jefferson, tornando públicos sussurros, muitas vezes baseados em boatos e mentiras, entre eles o de que Jefferson tinha por amante a escrava Sally Hemings em sua propriedade, com quem teria muitos filhos. Hoje, sem nenhuma dúvida, graças às inúmeras pesquisas com DNA, em 1998, confirmou-se a linhagem de descendentes de Thomas Jefferson e de Eston Hemings, um dos filhos de Sally.

Controvérsias à parte, voltemos ao argumento utilizado para defender a criação da liberdade de imprensa: já que os congressistas tinham liberdade (a imunidade parlamentar) para falar no Parlamento sem serem responsabilizados, era preciso dar essa mesma liberdade de fala ao povo. Essa liberdade foi garantida com o direito à liberdade de imprensa, ou seja, o direito de o povo usar a imprensa, os jornais e todos os meios de comunicação para falar sem a possibilidade de serem responsabilizados, dentro dos limites da lei. Para essa tarefa, a imprensa, fundamentalmente, seria destinada a questionar e criticar o governo livremente.

Destaco que hoje consta de nossa Constituição essa garantia, com as restrições da lei, da liberdade de fala ao povo. Assim, a liberdade da imprensa constitui também um direito do povo, e, sem ela, não há democracia.

## Tarifa Zero no combate à desigualdade e à crise climática



» RODRIGO FARIA  
G. IACOVINI  
Diretor executivo do  
Instituto Pólis e doutor  
em planejamento urbano  
pela USP

» CLAREANA CUNHA  
Mobilizadora da Minha Sampa  
e do Instituto Pólis

A proposta de tarifa zero voltou recentemente à cena nacional. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que calcule a viabilidade de gratuidade aos finais de semana. Mas a experiência de São Paulo mostra que o debate precisa avançar para além das medidas parciais.

A Pesquisa Origem-Destino 2023, realizada pelo Metrô, revelou que a Região Metropolitana perdeu cerca de 3 milhões de viagens diárias por ônibus em relação a 2017 e que o índice de imobilidade chegou a 37% da população em dia útil. A criação do "Domingão Tarifa Zero", em 2023, mostrou a força da gratuidade: até março de 2025, foram registradas mais de 200 milhões de viagens gratuitas. A medida provou que existe demanda reprimida, mas também evidenciou os limites de uma política restrita ao lazer de fim de semana. O desafio real está no cotidiano: o transporte consome fatia significativa da renda das famílias trabalhadoras e sequer alcança os milhões de informais que não recebem vale-transporte.

Os impactos da exclusão ficam ainda mais claros quando se cruza a mobilidade com desigualdade. O levantamento Sampa em Foco, realizado pelo Instituto Pólis, mostra que o tempo médio de deslocamento diário na cidade segue em torno de duas horas, podendo chegar a quase três vezes mais nas periferias em comparação ao centro. Nos deslocamentos de cuidado — como levar filhos à escola ou acessar saúde e serviços —, 62% são realizados por mulheres, e mais da metade a pé. Além disso, enquanto 57% dos usuários frequentes do transporte individual pertencem às classes A e B, a população de menor renda segue dependente do ônibus. Na prática, a catraca tem cor, gênero, classe e CEP.

O estudo Morar no centro como estratégia de mitigação climática aponta ainda que São Paulo possui mais de 87 mil domicílios vazios e 2,5 milhões de metros quadrados de terrenos ociosos na região central. Se destinados à habitação popular, poderiam abrigar 202 mil famílias de baixa renda, economizando 2h35 por dia em deslocamentos e evitando a emissão de 4,4 milhões de toneladas de CO2 em 20 anos.

É nesse contexto que surgem iniciativas como o Busão 0800, articulado por organizações e movimentos em mais de nove cidades no Brasil e em São Paulo e Belo Horizonte. A lógica é simples: requalificar o modelo do vale-transporte, transformando a contribuição patronal em financiamento coletivo e público do sistema. Em vez de garantir apenas o bilhete individual de trabalhadores formais, a arrecadação seria destinada a fundos de mobilidade capazes de sustentar a tarifa zero universal. Em Belo Horizonte, essa ideia já se traduz em projeto em tramitação, acompanhado por nota técnica de especialistas.

O Brasil é líder mundial na aplicação da tarifa zero como política pública. Em 2025, já são mais de 132 cidades brasileiras com tarifa zero universal, mais do que nos Estados Unidos, França ou Polônia. O Brasil, sozinho, concentra um terço das iniciativas globais e abriga algumas das maiores experiências em curso.

Assim como o SUS universalizou o acesso à saúde, a tarifa zero abre caminho para que o direito à cidade seja praticado no cotidiano. O transporte público foi incluído na Constituição como direito social pela Emenda Constitucional 90, de 2015. A tarifa zero todos os dias é uma resposta jurídica, técnica, social e ambiental ao colapso da mobilidade urbana.

São Paulo mostra com clareza o que está em jogo. De um lado, a tarifa alta, a queda brutal de passageiros e a imobilidade crescente. De outro, iniciativas que provam a viabilidade da gratuidade e projetos que apontam para o financiamento extra tarifário. O ensaio do domingo foi importante, mas o próximo passo é estruturar a tarifa zero como política universal, capaz de garantir que circular pela cidade seja, de fato, um direito para todos e todas.

Maurenilson Freire



## O desenvolvimento econômico e humano do Brasil será digital e inclusivo



» ALBERTO GRISELLI  
Presidente da TeleBrasil e Conexis  
Brasil Digital e CEO TIM Brasil

tenham sempre mais robustas, difundidas e resilientes, é preciso um ambiente propício aos investimentos. O setor de telecomunicações brasileiro investiu em 2024 quase R\$ 35 bilhões. Segundo a consultoria Omdia, a média de CAPEX/receita do setor é 30% acima do patamar dos EUA (19% vs. 14% em 2024). A equação financeira, historicamente desafiadora, começa a se reequilibrar, o retorno sobre capital investido (ROIC) se aproxima do custo do capital, mas, para isso se estabilizar no longo prazo, é preciso de políticas públicas focadas em duas frentes: o reconhecimento do valor criado pelas telecomunicações no ecossistema digital e a criação de valor.

Esse ambiente propício não depende só de capital; pede previsibilidade regulatória e incentivos bem desenhados. Harmonizar regras para antenas, reduzir judicialização e simplificar tributos em cascata diminuem o custo de expansão. Diante do salto do tráfego, vale ainda avançar no debate sobre alocação equilibrada de custos na cadeia digital, com critérios técnicos, transparência e foco no usuário.

Por isso, reconhecer o valor das telecomunicações no ecossistema digital significa primeiramente desenhar uma tributação essencial condizente ao caráter essencial do serviço, começando por exemplo com a manutenção da atual isenção de taxas do IoT. Ao mesmo tempo, se tornou urgente resolver os crônicos desequilíbrios pelos quais os grandes usuários globais (as Big Techs) hoje não contribuem em nada para as redes locais, apesar do crescimento exponencial do tráfego cursado.

Já a criação de valor passa por algo que podemos definir — a digitalização do PIB. Em termos

concretos, acelerar essa transformação pode adicionar R\$ 1 trilhão por ano na economia, cerca de 10% do PIB do país, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A oportunidade é evidente em vários setores. No agronegócio, por exemplo, apenas um terço das fazendas tem conexão, e levar tecnologia ao campo pode elevar a produtividade em até 67%. Na indústria, a modernização dos processos produtivos renderia ganhos de até 38%. E, nas cidades, conectar iluminação, saneamento e mobilidade melhora serviços e economiza recursos. Com integração e parcerias, a escala vem rápido e, além disso, a tecnologia se torna sempre mais aliada da resposta climática, sobretudo pela transição verso o uso de energia limpa.

Na prática, essa digitalização ocorre em camadas: conectividade confiável, uso de inteligência artificial, integração de processos. Casos mais maduros incluem redes privadas 5G em fábricas, telemetria no agro, telemedicina e iluminação inteligente nas cidades e rodovias. Para ganhar escala, é preciso qualificar pessoas e fortalecer a segurança cibernética. Os resultados serão capazes de atrair investimentos e ajudar a orientar políticas públicas e parcerias.

É de toda evidência que o setor de telecomunicações seja a base da escola que ensina, do hospital que cuida, do campo que produz, da indústria que compete, do empreendedor que prospera e da cidade que funciona. É importante seguir com diálogo, cooperação e visão de futuro para conectar governo, empresas, reguladores, academia e sociedade. O desenvolvimento econômico e humano do Brasil não pode esperar e será essencialmente digital e inclusivo.